

**RIO PALACE HOTEL, RIO DE JANEIRO, RJ, 8 DE SETEMBRO DE 1997**

*Senhor Governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar; Senhor Ministro José Vargas; Meus caros colegas da Academia de Ciências do Terceiro Mundo; Senhoras e Senhores,*

[O Presidente fala, por alguns instantes, em inglês.]

Eu quero, para iniciar, externar a minha realmente imensa satisfação não só como membro da Academia, como Presidente do Brasil, mas como alguém que tem acompanhado de perto a evolução das ciências, especialmente das ciências sociais, no Brasil e nos países do Terceiro Mundo. Quero me congratular pelos êxitos que vêm sendo alcançados e que hoje estão expressos nesse conjunto de medalhas e distinções que foram consignados a alguns dos mais destacados cientistas do Terceiro Mundo.

Neste mundo globalizado em que vivemos, em que não só o sistema produtivo é cada vez mais integrado, mas a informação e o conhecimento passaram a ser centrais para a definição do nosso futuro e a competitividade passou a ser uma motivação quotidiana, ou bem am-

pliamos as nossas formas de produção do saber científico e tecnológico, ou teremos muita dificuldade de, efetivamente, assegurar um futuro digno para os nossos povos no milênio que se aproxima.

Nesse sentido, há um desafio óbvio: é a mudança do patamar científico e tecnológico das nossas sociedades. Só assim seremos capazes de bem aproveitar as oportunidades geradas pela nova situação internacional e enfrentar os desafios que estão à nossa frente.

É evidente que eu não preciso convencer nenhum dos senhores sobre essas questões, mas gostaria de, talvez de um ângulo um pouco específico, que é o meu, atualmente, fazer duas ou três reflexões sobre a matéria.

Se há uma unanimidade virtual no mundo de hoje é quanto à definição da educação, da ciência e da tecnologia como área prioritária para a ação governamental. Evidentemente, diante das transformações havidas na própria noção do que seja desenvolvimento e bem-estar, diante da integração de dimensões novas e de desafios novos às transformações das nossas sociedades, entre as quais as questões ecológicas, ou bem nós somos capazes de, efetivamente, mudar para melhor as condições de educação e as condições de desenvolvimento científico e tecnológico, ou não teremos chances de avançar no mundo contemporâneo.

Dito isso, nós temos que nos defrontar com realidades que nem sempre são amenas e nem sempre permitem a transcrição imediata dos grandes objetivos que acabei de mencionar, diante da escassez de recursos e da necessidade imperiosa de fazer escolhas, para saber por onde começar, o que atender e, o que é mais difícil, o que negar.

Num país como o Brasil – e nisso o Brasil não se distingue de muitos outros países do Terceiro Mundo –, a questão fundamental ainda diz respeito à generalização da educação primária e ao acesso para todos à educação elementar. Podem os senhores e as senhoras imaginar as dificuldades que tem um presidente, que é professor da Universidade de São Paulo, membro da Academia do Terceiro Mundo e de várias outras, de mudar as prioridades, consignando mais recursos à educação primária, proporcionalmente, do que à educação superior, à ciência e à tecnologia.

A condição necessária para que essa escolha de prioridades não signifique algo negativo é que haja uma expansão global na oferta de

recursos, de tal maneira que, embora dedicando mais recursos à educação elementar, seja possível, ainda assim, aumentar os recursos de outros níveis de educação e, sobretudo, os recursos específicos para a área de ciência e tecnologia.

Tudo isso implica um esforço muito grande para manter em expansão o orçamento nacional, sem afetar as bases do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, progressivamente, redesenhar as prioridades de tal maneira que se atinja, ao mesmo tempo, uma generalização da escolaridade básica, sem prejuízo da continuidade e do avanço dos setores de ponta do conhecimento.

Nem sempre é possível, mas o esforço, o grande esforço das autoridades, sobretudo das autoridades ligadas à área da educação e da ciência, é precisamente o de encontrar um balanceamento adequado entre os recursos disponíveis, a necessidade imperiosa do acesso universal à educação e a manutenção e o acrescentamento das áreas de excelência. E talvez, aí, se desfaça uma dessas oposições comuns e falaciosas entre democratização e excelência. Na área de educação e ciência, nós precisamos das duas coisas, da democratização e da excelência.

Nós precisamos, desesperadamente, urgentemente, ampliar o acesso à informação, o acesso à educação formal e, ao mesmo tempo, manter e acelerar aqueles níveis de excelência, sem os quais o futuro também estará comprometido.

Num país como o Brasil, repito, que não se distingue de muitos outros do mesmo tipo, nós ainda temos o problema de fazer com que todas as crianças estejam na escola.

Neste momento, as escolas brasileiras oferecem lugar para 91% daquele segmento da população que está em idade escolar. Não obstante, ainda que possamos oferecer oportunidades para a imensa maioria da população, temos que enfrentar graves problemas, como o da evasão escolar – as crianças não permanecem na escola –, sem falar mesmo na qualidade do ensino.

Nesta semana, ainda ontem, que foi o dia da Independência Nacional, eu fiz um desafio ao País para que, até o fim de 98, nós possamos, efetiva-

mente, ter todas as crianças em idade escolar sendo acolhidas pelas escolas públicas, em sua maioria, mas também pelas escolas privadas.

Na verdade, estamos falando de números maiúsculos. Cerca de 40 milhões de crianças devem estar nas escolas até o fim do ano que vem, se nós quisermos, efetivamente, enfrentar esse nível básico de atendimento educacional.

Mas, além disso – e acredito que, de novo, nós enfrentamos uma problemática comum –, nós precisamos reformar as nossas universidades e ampliar o relacionamento na área tecnológica entre as empresas e a produção de conhecimentos.

No que diz respeito às universidades – e eu não quero me alongar sobre o tema –, nós ainda não conseguimos estabelecer critérios razoáveis para que o princípio da autonomia universitária seja seguido do princípio da responsabilidade efetiva dos orçamentos por parte daqueles que comandam as universidades.

Por outro lado, toda a gente sabe, se não houver um sistema de incentivo de bolsas, de treinamento, de mestrado, de doutorado, de pós-doutorado, a universidade, talvez, crie profissionais, mas dificilmente criará produtores de conhecimento.

No caso do Brasil, no conjunto, o sistema de bolsas, nos vários níveis, deve estar atingindo, hoje, cerca de 900 milhões de dólares por ano, ou quase 1 bilhão de dólares por ano, o que já é uma quantia apreciável de recursos, mas talvez ainda insuficiente para fazer frente à demanda futura.

E há alguns sinais preocupantes, porque o sistema universitário não está oferecendo à sociedade, anualmente, um número crescente, proporcionalmente, de pessoas que passam por ele, enquanto o sistema de bolsas, nos últimos cinco anos, subiu à taxa de 12% por ano.

O que eu disse foi o seguinte: o número de estudantes que passam pelas universidades, que se formam nas universidades, proporcionalmente não tem aumentado, enquanto que o número de bolsas tem subido 12% por ano, nos últimos cinco anos.

Isso tem a ver com o fato de que, provavelmente, não está havendo o aproveitamento dos profissionais que passam pelas universidades no

sistema normal de oferta de emprego e, por conseqüência, o sistema de bolsa está sendo um substitutivo do emprego para aqueles que se formam nas universidades.

Chamo a atenção para esse problema, para retornar à observação que fiz, de que é preciso haver um laço mais forte entre o setor produtivo e o setor universitário, para evitar que exista, na verdade, uma melhoria da qualificação, através das universidades, e um menor aproveitamento das pessoas qualificadas no sistema produtivo.

[O Presidente fala, por alguns instantes, em inglês.]

Na verdade, também nós todos estamos sentindo que as transformações a que me referi no início, que dizem respeito à globalização, à integração dos sistemas produtivos, produzem esse grande desafio, que é um desafio que os cientistas têm que assumir como próprio deles também: homogeneização com exclusão, ou homogeneização com integração e, portanto, com maiores condições de igualdade, tanto nas ciências como na vida prática.

[O Presidente conclui seu discurso em inglês.]

